



ÁREA DO

CONCURSEIRO

# SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

*Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!*

*Comece agora, comece pela maneira certa!*

**331) No título XI da Parte Especial, de nosso Código Penal, onde são elencados os crimes contra a Administração Pública, a forma culposa aparece**

- a) nos crimes de peculato e de facilitação de contrabando ou descaminho.
- b) apenas no crime de peculato
- c) nos crimes de peculato e de usurpação de função pública.
- d) nos crimes de peculato e de fuga de pessoa presa ou submetida à medida de segurança.

**RESPOSTA:** D, conforme artigos 312, §3º e 351, §4º, do CP.

**332) Conforme está expresso em nosso Código Penal para ser caracterizada a figura do estado de necessidade torna-se necessário que o perigo ao qual está submetido o agente seja**

- a) iminente e não atual
- b) atual e não iminente
- c) atual ou iminente
- d) idêntico, em termos de atual ou iminente, ao da legítima defesa.

**RESPOSTA:** B. Pois de acordo com o artigo 24, do Código Penal o perigo deve ser atual, pois está expresso no texto da lei, se o legislador quisesse abranger o perigo iminente teria incluído no texto legal, como o fez na legítima defesa.

**333) Estudando o nosso Código Penal, verifica-se que no “concurso de crimes” as penas a serem aplicadas ao agente envolvido na prática de mais de um delito podem ser somadas no concurso:**

- a) material e no crime continuado, mas não no formal
- b) formal, mas não no material
- c) material, mas não no formal
- d) material e no formal

**RESPOSTA:** D. Pois nestes concursos as penas podem ser aplicadas de forma acumuladas, quando o agente comete mais de um crime.

**334) A inserção de declaração falsa, em documento público ou particular, colimando a criação de obrigação, é tipificada como**

- a) falsificação de papeis públicos.
- b) falsificação de documento público
- c) falsidade ideológica
- d) falsificação de documento particular.

**RESPOSTA:** C, conforme artigo 299, do CP.

**335) O superior hierárquico que, por indulgência, deixa de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, pratica o crime de:**

- a) prevaricação.
- b) condescendência criminosa
- c) corrupção passiva
- d) desobediência.

**RESPOSTA.** B, conforme artigo 320 do CP.

**336) Quem exige, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que possa dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou terceiro, pratica**

- a) constrangimento ilegal
- b) extorsão
- c) abuso de incapaz
- d) extorsão indireta.

**RESPOSTA:** D, conforme artigo 160 do CP.

**337) Funcionário público, sendo competente para responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo, não o fazendo, por indulgência, pratica**

- a) condescendência criminosa
- b) prevaricação
- c) exploração de prestígio
- d) corrupção passiva

Resposta A.

**338) A solicitação de determinada importância em dinheiro, a pretexto de influir em testemunha, constitui**

- a) patrocínio infiel
- b) exploração de prestígio
- c) advocacia administrativa
- d) corrupção passiva

**RESPOSTA:** B, conforme artigo 357 do CP.

**339) Aponte a alternativa que está em desacordo com o texto do Código Penal.**

- a) não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- c) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto os decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.

**RESPOSTA: C**

Comentários: a alternativa A prevê que somente uma Lei Federal, aprovada pelo Congresso Nacional, pode criar crimes e prever penas. Tal lei deve existir antes do fato praticado. Tal fenômeno é denominado *PRINCÍPIO DA LEGALIDADE OU PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL*. Tal previsão é uma proteção dos cidadãos contra o arbítrio estatal. Tal princípio foi repetido pela nossa Constituição Federal, no artigo 5º, XXXIX. Pois o Código Penal é de 1940 e a nossa Constituição é de 1988.

A alternativa B trata da hipótese de uma lei deixar de considerar um fato criminoso, hipótese esta que beneficia o autor do crime. Tal hipótese “apaga” o crime em si e todos os seus efeitos, por exemplo, o cumprimento da pena ou a indenização.

A alternativa C prevê que uma lei posterior ao cometimento do crime pelo agente, de qualquer forma o favoreça, trará efeitos pretéritos, ou seja, retroagirá, inclusive atingindo os casos já decididos por sentença em que não caiba mais recurso.

A alternativa D trata da ultratividade da lei penal, ou seja, da hipótese de uma lei em que não esteja mais em vigor surtir efeitos futuros. São os casos de leis elaboradas para vigorar em situações excepcionais, como por exemplo, em caso de guerra ou conflitos civis internos e, nos casos de leis elaboradas para vigorarem em certo período de tempo, como por exemplo, durante a Copa do Mundo. Nestes casos, apesar destas leis não vigorarem mais, ao fato praticado durante a sua vigência, serão aplicadas. É uma exceção a retroatividade da lei mais benéfica. Pois, nestas situações, os motivos pelos quais foram elaboradas tais leis são especiais, e, a prática de crimes nestes períodos devem ser punidos com base nestas leis. Por exemplo, durante uma grave crise financeira, o governo decide punir com mais rigor, quem aumenta os preços de determinados alimentos, quem infringe tal lei deve ser punido com base nesta lei, ainda que após cessada tal crise, tal norma penal deixe de existir.

**340) Ainda de acordo com o texto do Código Penal, aponte a correta.**

- a) considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- b) aplica-se a lei brasileira sem exceções ao crime cometido no território nacional.
- c) para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras publicas somente, onde quer que se encontrem.
- d) é também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade pública ou privada, achando-se em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente ou em porto ou mar territorial do Brasil.

**RESPOSTA: A.**

Comentários: a alternativa A trata-se do tempo do cometimento do crime, onde foi adotada a teoria da atividade, pois é considerado praticado o crime no momento da sua conduta, pouco importando o momento da ocorrência do resultado. Tal discussão é muito importante quando, por exemplo, um crime é praticado por menores de dezoito anos e, o resultado somente acontece quando o autor completa a maioridade. Por exemplo, um menor com dezessete anos e onze meses e vinte e oito dias efetua disparos de arma de fogo contra uma pessoa, e esta vem a falecer, em virtude dos disparos, cerca de um mês depois. Neste caso o infrator, no momento dos disparos, é considerado inimputável, ou seja, não pode ser processado por tal crime, mesmo que a morte se verifique após ter completado dezoito anos.

A alternativa B trata da territorialidade, ou seja, em que local será aplicada a lei penal brasileira, neste caso aos crimes praticados no Brasil, em regra, serão aplicados a lei brasileira, exceto quando há previsão em regras de direito internacional, onde, nestas hipóteses, aos crimes praticados no Brasil serão aplicadas leis internacionais.

A alternativa C trata das hipóteses onde a lei considera como extensão do território do Brasil. Tais hipóteses são as embarcações (navios, iates, Jet ski, lanchas, etc) de natureza pública (das forças armadas, das polícias, ou seja, de órgãos estatais) ou particulares que estejam a serviço do Governo Brasileiro (podem estar a serviço do Governo Federal, Estadual ou Municipal). Nestes casos não importa o local onde se encontrem, mesmo que estejam em espaço de outros países. A lei também considera como extensão do território nacional as aeronaves e embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada que se encontrem, no espaço aéreo ou em águas correspondentes ao alto mar. Local que não pertence a nenhum país !.

A alternativa D também equipara como extensão do território nacional os crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada (somente estas) ou em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo nacional ou em porto ou mar territorial nacional.